

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense
TEXTOS PARA DISCUSSÃO
UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Economia
Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)
Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700
<http://www.uff.br/econ>
esc@vm.uff.br

**Formalização do trabalho e
política de valorização do salário
mínimo: efeitos sobre os
rendimentos metropolitanos
(2002-2007)**

ALESSANDRA SCALIONI BRITO

TD 259

RESUMO: O Brasil vem passando, desde o final da década de 1990, por três processos que têm provocado modificações na distribuição dos rendimentos do trabalho: a continuidade da ampliação da PEA em ritmo intenso, sobretudo pelo aumento da participação feminina; um aumento significativo do emprego formal, apesar do crescimento moderado do produto, acompanhado de elasticidade emprego/renda maior que na década de 1990 e tendência à formalização dos contratos de trabalho; e a recuperação do valor do salário mínimo. Partindo deste cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar as suas repercussões sobre a distribuição, em faixas de salário mínimo, dos rendimentos do trabalho metropolitano no período recente. Foram utilizados os dados da PNAD para os anos de 2002 e 2007, com ênfase nos ocupados com rendimento positivo que residem nas oito principais regiões metropolitanas do país.

PALAVRAS-CHAVE: salário mínimo; emprego formal; rendimentos; produto.

SUMMARY: Brazil has experienced since the late 1990s, three processes that have caused changes in the distribution of income from work: continuing the expansion of the EAP in intense pace, mainly by the increase in female participation; a significant increase in formal employment, despite the moderate growth of the product, together with elasticity employment / income greater than in the 1990s and a trend towards formalization of labor contracts; and the recovery of the minimum wage. Given this scenario, the objective was to analyze its impact on the distribution, in bands of minimum wage, of the income of the metropolitan labor in recent years. We used data from the PNAD for the years 2002 and 2007, with emphasis on positive return occupied with living in eight major metropolitan areas.

KEY WORDS: minimum wage; formal employment; income; product.

Introdução

Desde meados da década de 1990, o salário mínimo vem passando por um processo de recuperação de seu valor perdido ao longo das décadas anteriores. Segundo Pochmann (2007: 1486), no período de 1995 a 2003 o valor do salário mínimo aumentou em um quarto do seu poder aquisitivo, enquanto o rendimento médio real de todos os ocupados com renda apresentou movimento inverso (queda de 16,5%). A recuperação do valor do salário mínimo, no período recente, foi consequência de sucessivos reajustes maiores que a inflação.

Segundo dados do Dieese, entre 1995 e 2007 o crescimento do valor do salário mínimo foi de 66,2%, sendo que os períodos de maior ganho em poder aquisitivo foram entre 2005 e 2006 e entre 2004 e 2005 (13,4% e 9,9%, respectivamente). O crescimento significativo do valor do salário mínimo ocorrido no período recente deu-se a partir de um patamar muito reduzido devido à deteriorização de seu valor nas décadas anteriores, sobretudo nos anos 1960, que foi marcado pela explosão inflacionária e pela política de “arrocho salarial” dos governos militares. Esta tendência de perda de poder aquisitivo do mínimo prosseguiu e se tornou ainda mais marcante na década de 1980, sendo interrompida nos anos noventa, principalmente depois do Plano Real, que diminuiu a inflação.

De acordo com Sabóia (2007: 5), “em 2005 o salário mínimo se encontrava ainda próximo ao patamar dos anos setenta e cerca de um terço abaixo de seu valor real na virada dos anos cinquenta para os sessenta”. Isto mostra a necessidade de continuidade da política de reajustes do salário mínimo acima da inflação para que seu poder aquisitivo seja plenamente recuperado. A atual iniciativa do governo de procurar criar regras claras para os futuros reajustes, garantindo sua correção pela inflação e aumentos de valor em ritmo análogo ao do crescimento do PIB visando aumentar a relação entre o salário mínimo e o PIB *per capita*, aponta nesta direção, sendo que “o país deverá continuar convivendo com o aumento do mínimo no futuro, embora a taxas provavelmente mais modestas”.

Outra tendência observada no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, sobretudo a partir de 1999, é o aumento do emprego formal. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), observa-se que houve crescimento da proporção de empregados formais (empregado com registro em carteira,

militar e funcionário público estatutário), passando de 47,8% do total de ocupados com rendimento positivo que vivem em regiões metropolitanas, em 2002, para 51,3% em 2007. Em números absolutos isto representou a geração de mais de 2,5 milhões de postos de trabalho regidos pela CLT ou pelo Estatuto do Funcionário Público. No período analisado, houve redução da proporção de empregados sem carteira assinada, de trabalhadores domésticos, principalmente os sem registro em carteira, de trabalhadores autônomos e de empregadores. Mas isto não significa que houve redução do número de pessoas com estas posições na ocupação. Ao contrário, observa-se um aumento da geração de emprego em quase todas as posições, exceto entre os empregadores (redução de cerca de 45 mil postos). A redução da proporção de empregados sem carteira, por exemplo, em 1,4 pontos percentuais aliado ao fato de terem sido criados mais de 238 mil empregos sem registro no período, só evidencia que o processo de formalização do trabalho foi tão acentuado que mais do que compensou o aumento de pessoas que trabalham por conta própria ou têm emprego sem carteira de trabalho, em estabelecimentos e no serviço doméstico remunerado, fazendo com que estas posições na ocupação perdessem participação na ocupação total. Dos quase 3,5 milhões de ocupações criadas entre 2002 e 2007, mais de três quartos foram de empregos formais em estabelecimentos e no trabalho doméstico.

Segundo Cardoso Jr. (2007: 40-42), as principais razões para o aumento recente da formalização do emprego seriam: 1) o aumento e a descentralização federativa do gasto social, o que estimularia a contratação formal direta de profissionais em políticas sociais de orientação universalizante, como educação fundamental e saúde pública; 2) o aumento e a diversificação do crédito interno, sobretudo nos setores econômicos de grande importância para a geração de postos de trabalho (setores público, habitacional e rural), além dos expressivos incrementos de crédito também aos setores comercial, de serviços e industrial; 3) o desempenho positivo do setor exportador, principalmente a partir de 2003; 4) o regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas (Simples), o que favoreceria tanto a criação de novos empreendimentos como a formalização de empreendimentos já existentes, que antes operavam na ilegalidade e 5) as ações governamentais ligadas à intermediação de mão-de-obra e à fiscalização das condições e relações de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Já Baltar, Moretto e Krein (2006: 16) afirmam que a melhoria recente do desempenho do emprego formal ocorreu junto com uma ampliação dos postos de

trabalho em ritmo mais intenso que o crescimento do produto, revertendo a baixa elasticidade produto do emprego verificada na década de 1990. Os estabelecimentos de maior tamanho, que diminuíram o emprego nos anos de 1990, voltaram a gerar mais empregos nos anos 2000, e os estabelecimentos de tamanho menor tenderam, em maior medida, a se formalizar e a cumprir as exigências mínimas das leis do trabalho no país.

Segundo os autores:

“A menor entrada de capital desde 1997 e a desvalorização cambial de 1999, ainda que não tenham revertido plenamente as condições adversas do mercado de trabalho, foram suficientes para reduzir as importações e, combinada ao estancamento da eliminação de empregos ocorridos durante o período da reestruturação da produção na década de 1990, permitiram que a atividade da economia gerasse mais empregos em estabelecimentos minimamente estruturados”.

No início dos anos 2000 não houve a eliminação de empregos formais pelas grandes empresas observada na década anterior, fazendo com que os crescimentos da ocupação total e do emprego formal se mostrassem mais vigorosos comparativamente ao crescimento do PIB, que foi modesto devido à política de controle da inflação adotada pelo governo, indicando a reversão da pequena elasticidade produto do emprego que prevaleceu nos anos 1990. A tendência à elevação da elasticidade do emprego tem se mostrado duradoura, revelando que a década de 1990 foi um momento peculiar na economia brasileira, e que as condições desfavoráveis à competição internacional do aparelho produtivo instalado no país foram parcialmente revertidas e o desempenho do comércio mundial tem beneficiado excepcionalmente as nossas exportações, principalmente a partir de 2003. Tendo como ponto de partida uma situação de reduzido emprego, os momentos de melhora na atividade da economia têm gerado emprego em estabelecimentos de grande porte, que são marcados pela predominância do cumprimento das normas estabelecidas na Legislação Trabalhista, e os estabelecimentos que não são grandes passaram a ter maior predisposição a se formalizarem e a formalizar os contratos de trabalho. O aumento do emprego formal, entretanto, tem sido reforçado pela geração de postos de trabalho também em estabelecimentos de tamanho pequeno, sugerindo a presença de um novo posicionamento do poder público em relação à fiscalização não só dos contratos de trabalho, mas também da arrecadação de impostos, contribuições sociais, INSS, FGTS, etc. A desvalorização do real, em 1999, aumentou substancialmente a dívida pública em relação ao PIB. A continuidade da política macroeconômica de altas taxas de juros para controlar a inflação, com o mercado financeiro cada vez mais liberalizado, levou à

necessidade de se obterem enormes superávits primários no orçamento do setor público para poder tornar administrável a dívida pública com as altas taxas de juros.

Uma característica da economia brasileira no período recente que merece destaque é o comportamento do nível de atividade, sendo marcado por elevada volatilidade do produto e baixo crescimento médio.

Entre 1995 e 2007 o Produto Interno Bruto cresceu 38,6%, o que equivale a um crescimento médio anual de 3,1%. No período, ao mesmo tempo em que se observou uma taxa de crescimento do produto de quase 6,0% (2004) também houve taxas quase nulas (1998 e 1999), o que reflete a grande volatilidade do PIB brasileiro.

Em 2007, a composição do PIB era marcada pela predominância do setor de serviços (65,8%), seguido pelo setor industrial (28,7%), que inclui a Construção civil, a Indústria de transformação, a Indústria extrativa mineral e os Serviços de utilidade pública, e pelo setor agropecuário com participação de apenas 5,5% do PIB. A composição do PIB não se alterou muito entre 1995 e 2007, havendo apenas um aumento de 1,2 ponto percentual no peso do setor industrial e uma redução em 0,9 ponto percentual na participação do setor de serviços (dados do IPEADATA).

Partindo de uma taxa de crescimento real do produto de 4,4% entre 1994 e 1995, observa-se uma tendência, a partir de 1996, de redução do nível de atividade da economia brasileira devido, sobretudo, à política macroeconômica utilizada na época para conter a saída de capitais, gerada pela Crise do México. O aumento da taxa de juros teve como consequência a desaceleração do crescimento do consumo de bens duráveis, repercutindo no investimento, o que pode ser observado pela formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, que vinha aumentando e passou a oscilar num nível ainda relativamente baixo para uma economia que precisa se desenvolver. A Crise Asiática contribuiu para diminuir ainda mais a taxa de crescimento do produto brasileiro a partir de 1998, quando se observam taxas quase nulas. Com o nível de atividade reprimido na segunda metade da década de 1990 e o câmbio valorizado, a inflação diminuiu, chegando a 4,2% em 1998, mas voltando a crescer em 1999, quando a Crise cambial desvalorizou o real.

A desvalorização cambial, em 1999, estimulou as exportações que contribuíram para que, em 2000, o PIB crescesse em 4,31% e a formação bruta de capital fixo como proporção do PIB fosse de 16,8%, mostrando uma relação direta entre o nível de atividade e a taxa de investimento. A taxa de inflação continuou a aumentar até 2003 e,

a partir de 2004, começou a se reduzir devido ao crescimento do comércio internacional, marcado pelo *boom* das *commodities* e pela volta do crédito, estimulando a entrada de capitais no país e a valorização cambial. O câmbio valorizado contribuiu para o controle da inflação na medida em que o custo da produção diminuiu com o preço do dólar e a possibilidade de importação barata contém o aumento dos preços domésticos.

A partir de 2004, o PIB voltou a crescer com maior vigor, estimulado inicialmente pelas exportações, sobretudo de *commodities*, e, posteriormente, pelo aumento do consumo de bens duráveis e pelo investimento. A valorização do salário mínimo, o aumento do emprego formal e o aumento do crédito à pessoa física foram primordiais para que o consumo ganhasse força nos últimos anos, enquanto o investimento foi estimulado pelo aumento da demanda interna e da capacidade de importar bens de capital, produto da expansão das exportações e da entrada de capitais que voltaram a valorizar o real.

Os anos 2000 têm sido marcados também pelo intenso aumento da População Economicamente Ativa (PEA), sendo a inserção feminina no mercado de trabalho primordial para este comportamento. De acordo com Baltar e Leone (2007: 6), a média do crescimento da PEA, considerando os anos 2004 e 2006, foi de 2,5% ao ano, sendo expressiva a participação da mulher na atividade econômica (o crescimento médio anual da PEA feminina foi de 3,2% e da masculina de 1,9%). Segundo os autores, “do aumento da PEA, nos dois últimos anos, 56% foi de mulheres e 44% de homens”. Esta tendência de intenso crescimento da PEA faz com que o crescimento moderado da economia, possibilitado pela situação internacional favorável, e suas repercussões na geração de postos de trabalho não alterem substancialmente as condições de atividade da população brasileira, o que pode ser explicitado pela manutenção, em 2006, de uma taxa de desemprego (8,4%) e uma proporção de ocupações sem remuneração (10,7%) elevadas. Os autores sintetizam as transformações recentes ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, dizendo:

“Em síntese, o moderado crescimento da economia brasileira nos últimos dois anos não foi suficiente para alterar o quadro geral da condição de atividade da população do país, mas teve continuidade o aumento de participação do emprego assalariado e a maior formalização dos contratos de trabalho na absorção do aumento da população ativa, o que já vinha ocorrendo desde 1999, acentuando-se a partir de 2003”.

Partindo de um cenário de crescimento moderado do PIB, aumento da formalização do trabalho, aumento do valor do salário mínimo e aumento da PEA, o objetivo deste trabalho é analisar as suas repercussões sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho metropolitano no período recente. Serão utilizados os dados da PNAD para os anos de 2002 e 2007, com ênfase nos ocupados com rendimento positivo que residem nas oito principais regiões metropolitanas do país.

Distribuição dos rendimentos do trabalho metropolitano por faixa de salário mínimo

Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro tem sido marcado por três tendências, a saber: 1) a retomada da atividade econômica com elasticidade emprego da renda maior que a da década de 1990, 2) a formalização do emprego e 3) a valorização do salário mínimo.

Desde 2004, observa-se um crescimento do produto acima de 3,0% ao ano durante cinco anos consecutivos, o que só tinha ocorrido no período 1993-1997. O ritmo médio anual de crescimento do PIB entre 2004 e 2007 foi da ordem de 4,5%. O crescimento do número de pessoas ocupadas desde 2004 foi, entretanto, muito maior que o verificado no período 1993-1997, o que reflete o aumento da elasticidade emprego da renda.

Em relação ao processo de formalização, tem-se que a proporção de empregados com carteira, militares, funcionários públicos e trabalhadores domésticos com carteira aumentou 23,0% entre 2002 e 2007, sendo que dos quase 3,5 milhões de postos de trabalho criados no período, 77,5% foram em empregos com registro em carteira. Além deste incremento em número absoluto, o emprego formal também cresceu em peso, passando de 50,6% do total dos ocupados com rendimento positivo para 54,2%. Ainda que o número de postos de trabalho sem carteira (empregado e trabalhador doméstico) e de trabalhadores por conta própria tenha crescido no período, sua participação no total de ocupados metropolitanos com rendimento positivo se reduziu, o que reflete a tendência de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Quando se analisa a valorização do salário mínimo, tem-se que, entre 2002 e 2007, a variação ocorrida foi de 34,3%, o que equivale a uma elevação anual de 6,4%.

Considerando que o trabalhador formal auferia rendimento de pelo menos um salário mínimo e que este tem passado por um processo de valorização nos últimos anos, pode-se inferir que a distribuição de salários sofreu significativas alterações, que se pretende explicitar neste trabalho.

Tabela 1: Medidas de posição da distribuição dos rendimentos no trabalho principal dos ocupados que vivem em regiões metropolitanas - 2002, 2007

Medidas de posição	2002	2002 (valores de 2007)	2007
1º quartil	250,00	353,70	400,00
2º quartil (Mediana)	410,00	580,07	620,00
3º quartil	800,00	1.131,84	1.200,00

Fonte: PNAD 2002 e 2007. Elaboração própria.

A partir da análise da tabela 1, que nos dá as medidas de posição da distribuição dos rendimentos no trabalho principal dos ocupados que vivem em regiões metropolitanas, tem-se que, entre 2002 e 2007, houve uma mudança de formato da distribuição de rendimentos, sobretudo no extremo inferior (primeiro quartil). Enquanto a mediana e o terceiro quartil aumentaram em termos reais 6,9% e 6,0%, respectivamente, o primeiro quartil da distribuição aumentou 13,1%. Este aumento significativo do primeiro quartil se deveu ao tipo de emprego gerado pela retomada da atividade econômica, que foi acompanhada por uma maior elasticidade emprego da renda.

Em termos de salário mínimo, a remuneração do trabalho dos ocupados que viviam em regiões metropolitanas e que pertenciam ao grupo dos 25% mais pobres era, em 2002, de até 1,25 SM (em salário mínimo da época), enquanto a mediana era de pouco mais de 2 SM e a remuneração dos ocupados pertencentes ao grupo dos 25% de maior renda situava-se acima de 4 SM. Já em 2007, ainda que os valores do primeiro, segundo e terceiro quartis tenham aumentado, como os reajustes dados ao mínimo foram maiores que os dados aos demais rendimentos do trabalho, houve redução das medidas de posição em termos de salário mínimo. Os ocupados que viviam em regiões metropolitanas e pertenciam ao grupo dos 25% mais pobres passaram a ganhar até 1 SM, a mediana passou a valer 1,6 SM e os ocupados que se encontravam no grupo dos 25% mais ricos passaram a ganhar acima de 3,2 SM.

Em 2002, o valor do primeiro quartil era superior ao valor do salário mínimo da época em 25,0%. Em 2007 essa diferença caiu para 5,3%, o que mostra que o expressivo aumento do valor do primeiro quartil no período 2002-2007 ficou muito

aquém da valorização do mínimo (aumento de 34,3%). O aumento do salário mínimo, portanto, não foi acompanhado por todos os rendimentos do trabalho, aumentando o número de ocupados nas faixas de rendimento abaixo de 1 SM, sobretudo nas categorias em que o emprego é sem registro em carteira (empregados de estabelecimentos e trabalhadores domésticos) ou autônomo, como será discutido posteriormente.

Conclui-se, assim, que, apesar do aumento da formalização do emprego no período recente, ainda há muito trabalho não formal cuja baixa remuneração não acompanhou o reajuste do mínimo. Isto fica claro pela análise do primeiro quartil da distribuição de rendimentos do trabalho, cujo valor está se aproximando do valor do salário mínimo, devido ao seu crescimento a uma taxa inferior à do mínimo.

Tabela 2: Média e Índice de Gini dos rendimentos no trabalho principal dos ocupados que vivem em regiões metropolitanas - 2002, 2007

Medidas de posição	2002	2002 (valores de 2007)	2007
Média	807,03	1.141,79	1.160,04
Gini	0,5454	0,5225	0,5225

Fonte: PNAD 2002 e 2007. Elaboração própria.

A tabela 2 contém uma medida do nível das diferenças entre os rendimentos, o Índice de Gini. O Gini é dado pelo quociente entre a média das diferenças em termos absolutos entre os rendimentos do trabalho e o dobro da média geral destes rendimentos.

Enquanto em 2002 a média dos rendimentos no trabalho principal dos ocupados que vivem em regiões metropolitanas era de 4 SM, em 2007 o rendimento médio é apenas 1,6% maior que o de 2002, em termos reais. Entretanto, o rendimento médio calculado em número de salários mínimos se reduziu para 3 SM (em salário mínimo da época), o que reflete o fato de o mínimo ter sofrido reajustes maiores que os rendimentos do trabalho em geral.

Em relação ao Gini, percebe-se que houve uma queda de 0,0229, produto do aumento da média (1,6%) e da redução da média das diferenças em termos absolutos entre os rendimentos do trabalho (-2,7%). Em 2002, o Índice de Gini era de 0,5454 e diminuiu para 0,5225 em 2007, mostrando que houve redução das diferenças de rendimento no mercado de trabalho brasileiro, porém estas ainda continuam elevadas. A mudança no formato da curva representativa da distribuição dos rendimentos do trabalho reprimiu a média, fazendo com que esta deixasse de refletir o que de fato aconteceu com a posição da distribuição. Como a média faz parte da fórmula de cálculo

do Índice de Gini, este não está captando perfeitamente as mudanças ocorridas nas diferenças de rendimentos do trabalho. Considerando que o deslocamento para cima da distribuição dos rendimentos do trabalho foi maior que o sugerido pela média, é possível concluir que as diferenças relativas de renda do trabalho diminuiriam mais que o apontado pelo Índice de Gini. Se o cálculo fosse feito não com a média, mas com a mediana, a redução do Gini teria sido maior, pois a mediana reflete melhor o que de fato ocorreu com a posição da curva que indica a distribuição de rendimentos do trabalho.

A análise da tabela 3 mostra a distribuição dos ocupados com rendimento que vivem em regiões metropolitanas segundo faixas de salário mínimo. Nela são considerados os salários mínimos da época (R\$ 200,00 em 2002 e R\$ 380,00 em 2007).

Tabela 3: Distribuição dos ocupados com rendimento que vivem em regiões metropolitanas segundo Faixa de rendimento em SM - 2002, 2007

Rendimento em SM	2002		2007	
menos de 0,5 sm	799.850	3,5	1.262.466	4,8
de 0,5 a 1 sm	1.476.586	6,5	2.121.008	8,1
de 1 a 1,25 sm	2.846.715	12,5	4.980.185	19,0
de 1,25 a 1,5 sm	1.337.545	5,9	2.705.215	10,3
de 1,5 a 2 sm	3.300.329	14,5	4.050.795	15,5
de 2 a 3 sm	4.373.928	19,2	4.251.683	16,2
de 3 a 5 sm	3.681.628	16,2	2.970.053	11,3
de 5 a 10 sm	3.374.005	14,8	2.517.486	9,6
mais de 10 sm	1.579.084	6,9	1.335.437	5,1
Total	22.769.670	100,0	26.194.328	100,0

Fonte: PNAD 2002 e 2007. Elaboração própria.

Observa-se que houve aumento do número de ocupados nas faixas de rendimento mais baixas e redução nas faixas a partir de 2 SM, o que explicita o tipo de ocupação criada no período, o aumento do valor do salário mínimo e o reajuste salarial menor que o do salário mínimo, que alteraram o formato da distribuição dos rendimentos do trabalho. Quando se analisa o peso de cada faixa de rendimento, tem-se que aumentou de 10,0% para 12,9% a proporção de ocupados que vivem em regiões metropolitanas com remuneração menor que um salário mínimo de cada época. Cresceu também o peso das faixas próximas ao mínimo, sobretudo entre 1 e 1,25 SM. Entre 2 e 3 SM não se alterou significativamente o número de ocupados, mas o peso se reduziu em 3 pontos percentuais. Nas faixas mais elevadas de renda, por outro lado, o que se observa é uma significativa redução do número de pessoas, passando de mais de um

terço para um quarto do total de ocupados. Na verdade, o número de pessoas ocupadas com rendimento superior a 3 SM diminuiu 21,0% entre 2002 e 2007.

Tabela 4: Distribuição dos ocupados com rendimento que vivem em regiões metropolitanas segundo Faixa de rendimento em SM - 2002, 2007

Rendimento em SM	2002 (valores de 2007)*		2007	
menos de 0,5 sm	1.511.837	6,6	1.262.466	4,8
de 0,5 a 1 sm	4.431.804	19,5	2.121.008	8,1
de 1 a 1,25 sm	2.484.585	10,9	4.980.185	19,0
de 1,25 a 1,5 sm	2.934.834	12,9	2.705.215	10,3
de 1,5 a 2 sm	2.411.192	10,6	4.050.795	15,5
de 2 a 3 sm	3.490.183	15,3	4.251.683	16,2
de 3 a 5 sm	2.285.071	10,0	2.970.053	11,3
de 5 a 10 sm	2.028.383	8,9	2.517.486	9,6
mais de 10 sm	1.191.781	5,2	1.335.437	5,1
Total	22.769.670	100,0	26.194.328	100,0

Fonte: PNAD 2002 e 2007. Elaboração própria.

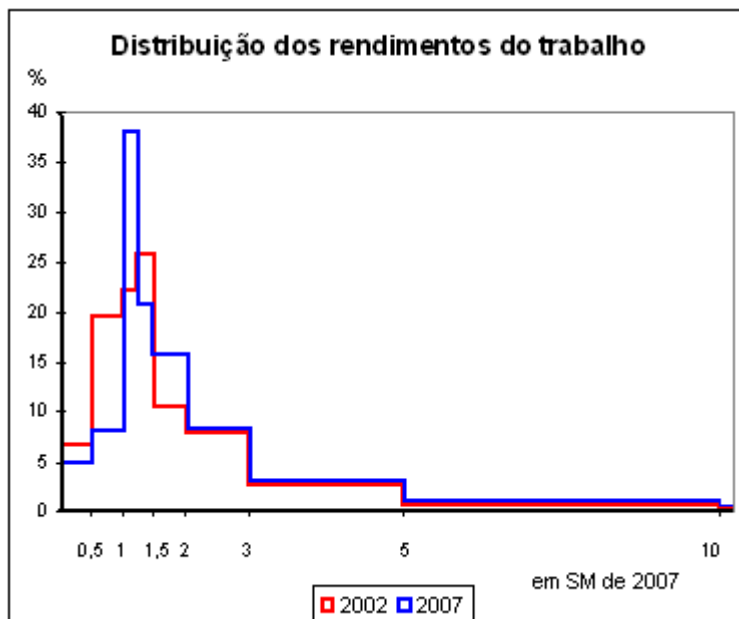
* Em 2002, trata-se não do SM vigente na época (R\$200,00), mas do equivalente em 2002 do valor do SM de 2007 (R\$268,58), tendo havido um aumento do valor do SM no período por reajustes maiores que a inflação medida pelo INPC.

Na tabela 4 tem-se a distribuição de salários em termos reais, sendo que o valor do salário usado para 2002 é dado pelo equivalente em 2002 do valor do salário mínimo de 2007, corrigido pelo INPC.

Entre 2002 e 2007, houve uma redução do número e da proporção de ocupados que vivem em regiões metropolitanas com rendimentos inferiores ao mínimo, principalmente na faixa entre 0,5 e 1 SM (-11,4 pontos percentuais). Observa-se também um incremento da proporção de ocupados cujos rendimentos estavam próximos do salário mínimo (8,1 pontos percentuais na faixa entre 1 e 1,25 SM e 4,9 pontos percentuais na faixa entre 1,5 e 2 SM). As demais faixas de rendimento em salário mínimo, por seu turno, não sofreram grandes alterações no período.

As mudanças, entre 2002 e 2007, no formato da curva representativa da distribuição dos rendimentos do trabalho, expressos em poder de compra de setembro de 2007, aparecem claramente nos histogramas dessas distribuições. O vigoroso aumento do salário mínimo carregou muitos trabalhadores que passaram a ganhar entre 1 e 2 SM de 2007, diminuindo intensamente a proporção dos que ganham menos que o salário mínimo de 2007. A partir de 2 SM, as curvas praticamente coincidem. Este movimento é basicamente consequência da simultaneidade da recuperação do valor do salário mínimo com os reajustes das categorias profissionais que, somente em 2006 e

2007, lograram superar a inflação, ficando aquém desta em muitas categorias desde 1999.



A análise dos dados permite concluir que, entre 2002 e 2007, os rendimentos do trabalho aumentaram, mas a alteração do formato e do nível da curva de distribuição de rendimentos indica que diminuiram as diferenças relativas das rendas do trabalho. Como a média foi reprimida pela mudança no formato da distribuição, o Gini não captou devidamente a redução das diferenças entre os rendimentos e seu valor teve uma ligeira queda.

Considerações finais

O Brasil vem passando, desde o final da década de 1990, por três processos que têm provocado modificações na distribuição dos rendimentos do trabalho: a continuidade da ampliação da PEA em ritmo intenso, sobretudo pelo aumento da participação feminina; um aumento significativo do emprego formal, apesar do crescimento moderado do produto, acompanhado de elasticidade emprego/renda maior que na década de 1990 e tendência à formalização dos contratos de trabalho; e a recuperação do valor do salário mínimo.

Nas oito principais áreas metropolitanas do país, a curva representativa da distribuição dos rendimentos do trabalho mudou de tendência central e de formato.

Colocando as rendas do trabalho de setembro de 2002 em poder aquisitivo de setembro de 2007, tem-se um deslocamento para a direita da curva que representa a distribuição dos rendimentos do trabalho, como indica a mediana, que aumentou 6,9%. Os histogramas mostram que houve uma redução da assimetria da distribuição dos rendimentos do trabalho entre 2002 e 2007. A simultaneidade do intenso aumento do valor do salário mínimo com os reajustes salariais, que só muito recentemente foram maiores que a inflação, responde, em grande medida, por esta modificação do perfil da distribuição dos rendimentos do trabalho. A dispersão desses rendimentos relativamente à tendência central diminuiu substancialmente, o que não aparece claramente no Índice de Gini, porque a coincidência das duas curvas que expressam as distribuições a partir de 2 SM de 2007 faz com que as expressivas diferenças no que diz respeito às curvas na parte inferior a 2 SM ocorram sem variação substancial da média. Assim, se comparamos a média aritmética dos desvios absolutos das rendas do trabalho não com a média, mas com a mediana, verifica-se que, comparativamente a esta medida de tendência central, a redução das diferenças dos rendimentos do trabalho foi significativa.

Considerando-se as mudanças na distribuição dos rendimentos dos ocupados que vivem em regiões metropolitanas ocorridas nos últimos anos, pode-se concluir que, sobretudo nos anos de 2006 e 2007, vinha se deflagrando um processo de correção da distribuição dos rendimentos do trabalho com a valorização do salário mínimo e um crescimento mais robusto do PIB. A expectativa era de que, depois de 2008, as categorias pudessem mobilizar mais eficazmente as suas bases e conseguir reajustes mais expressivos acima da inflação. Se isto ocorresse, contribuiria para dar continuidade ao deslocamento para a direita da curva representativa da distribuição dos rendimentos do trabalho e, junto com a continuação do aumento do valor do salário mínimo, daria prosseguimento à diminuição do grau de assimetria e de dispersão relativa dos rendimentos do trabalho. A diminuição da assimetria desta curva indicaria a redução na heterogeneidade das condições de remuneração do trabalho. A média, agora mais próxima da mediana, passaria a aumentar mais fortemente, indicando a elevação da tendência central da distribuição de rendimentos do trabalho, o que levaria a uma redução mais substantiva do Índice de Gini. No entanto, a crise financeira recente, na medida em que interrompeu a retomada do crescimento da economia, pode ter dificultado aquela evolução na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Referências bibliográficas

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho* n. 6, CESIT/IE/Unicamp. Campinas, maio-agosto/2007.

BALTAR, Paulo., MORETTO, Amilton., KREIN, José Dari. O emprego formal no Brasil: início do século XXI. In: José Dari Krein, Magda Barros Biavaschi, Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, José Otávio de Souza Ferreira. *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006.

CARDOSO JR., José Celso. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. *Texto para Discussão* n. 1310, IPEA. Brasília, novembro/2007.

DIEESE . Dados de rendimento (salário mínimo). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: outubro/2008.

IBGE (organizador). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002 e 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: outubro/2008.

IPEADATA. Dados de produto. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: outubro/ 2008.

POCHMANN, Marcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6). SciELO Brasil. Março/2007.

SABOIA, João. Efeitos do Salário Mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 – Resultados de simulações. Apresentado no II Seminário de Análise dos Resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, CGEE/IPEA/ MEC/ MTE, Brasília, Março de 2007.